



Ted. Ruons

DIREITO EMPRESARIAL ■ CÍVEL ■
TRIBUTÁRIO ■ TRABALHISTA ■
CRIMINAL ■ ELEITORAL ■

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE**



Referente ao Processo Administrativo: COPAM/PA/Nº 148/1994/001/2004

Auto de Infração nº.: 1291/2004

Ofício nº.: 936/2009 NAI/DMFA/FEAM

FUNDAÇÃO SIDERAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos acima epigrafados, vem, respeitosa e tempestivamente, perante Vossa Excelência, por seus procuradores *in fine* assinados, expor e requerer, conforme razões abaixo aduzidas:

Conforme consta no Ofício nº. 936/2009 NAI/DMFA/FEAM, datado do dia 16 de julho de 2009, de forma manuscrita, a Unidade Regional Colegiada (URC) do Alto São Francisco examinou o Processo Administrativo supracitado e decidiu em 19.02.2008 aplicar a penalidade de multa, no valor de R\$10.001,00 (dez mil e um reais) ao empreendimento, com base no Auto de Infração nº. 1291/2004, por supostamente "descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévias, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental"; e aplicar a penalidade de multa no valor de R\$10.001,00 (dez mil e um reais) ao empreendimento, por supostamente "causar poluição ou degradação

1

SEMAO 04/08/2009 17:14 - 5255084/2009

AV. GETÚLIO VARGAS, 541
CENTRO - ITAÚNA - MINAS GERAIS
TELS.: (37) 3241-0558 / (37) 3241-0521



ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural".

Tendo em vista que a notificação supramencionada é datada do dia 12.07.2009, tempestivo é o presente Pedido de Reconsideração da penalidade aplicada pela URC.

A *priori*, vale ressaltar que ao contrário do que entendeu a r. Unidade Regional Colegiada (URC) do Alto São Francisco, a Autuada, ora Requerente, não praticou qualquer conduta típica capaz de ensejar as penalidades de multas a que se viu condenada. Os documentos já carreados aos autos, bem como os que são juntados nesta oportunidade e as defesas ofertadas dão conta da atipicidade das condutas da Requerente.

Vejamos!

A **um**, porque no caso em tela, conforme já apregoadado na Defesa de fls. 15/21, o empreendedor autuado, ora Requerente, deve ser considerado isento do Licenciamento, já que sua capacidade é menor do que o limite de lei, razão pela qual não está sujeito as determinações contidas na Deliberação 050/2001, art. 1º c/c art. 6º e não pode ser penalizado como foi.

A **dois**, pois conforme consta na defesa anteriormente apresentada, um profissional técnico capacitado foi contratado pela ora Requerente e certificou que se encontravam na empresa dois depósitos de óleo combustível, sendo um instalado em total consonância com a legislação pertinente, aguardando a chegada de nova remessa de óleo da empresa para entrar em funcionamento, e um segundo depósito, objeto da presente autuação, que se encontrava em processo de esgotamento do material para ser então desativado, sem, no entanto, oferecer qualquer risco à saúde humana, aos recursos hídricos e às espécies vegetais, animais e ao ecossistema e habitats.



A **três**, porque conforme já noticiado a ora Requerente Fundição Sideral Ltda., bem como seu representante legal, foram absolvidos na Justiça Comum, autos nº. 0338 04 024030-5 (cópia da sentença prolatada dia 02.12.2008, já carreada aos autos juntamente com petição protocolizada dia 26.03.2009, às 14:47 horas), onde o Douto Julgador assim se manifestou:

"Ante o exposto, **não tendo sido arrecadadas provas capazes de demonstrar a responsabilidade dos Acusados e nem tampouco a ocorrência da infração penal**, outra saída não me resta senão **julgar improcedente a acusação para absolver a pessoa jurídica FUNDIÇÃO SIDERAL LTDA. e o seu dirigente JOSÉ MAURÍCIO ANDRADE SOARES** da imputação de terem violado o art. 56 da Lei 9.605/98, condenando nas custas o Estado".

Conforme se nota em esfera judicial, onde houve vasta oportunidade de produção de provas, estando assegurado o contraditório e a ampla defesa, o Ilustre Julgador se convenceu de que não houve qualquer prova capaz de demonstrar a responsabilidade dos Acusados e nem se houve infração penal (questão ambiental).

Ao que parece, houve um equívoco de comunicação interna na esfera administrativa, vez que a presente decisão ora querreada é datada de 19.02.2008, com notificação datada manualmente de 16 de julho de 2009, quando na verdade a sentença absolutória é datada de 02.12.2008 e a comunicação na Regional Copam, com juntada da decisão supra, ocorreu dia 26.03.2009.

Percebe-se, portanto, que sequer foi analisado pela Unidade Regional Colegiada (URC) do Alto São Francisco a petição protocolizada dia 26.03.2009, com os documentos anexos, vez que, conforme já mencionado, embora a decisão da mencionada Unidade seja datada do dia 19.02.2008, somente a notificação é datada de 16.07.2009.





A **quatro**, porque com a autuação não foi enviada qualquer cópia de "laudo técnico" específico que comprovasse o dano ambiental. Além disso, inexistia nos autos o mencionado laudo hábil. **Lado outro, o profissional técnico capacitado contratado pela ora Requerente deu conta de que inexistiu qualquer irregularidade apta a ensejar a aplicação da penalidade, conforme já esclarecido de forma pormenorizada na defesa anteriormente apresentada.**

Ora, Ínclitos Julgadores, não se pode presumir condutas típicas e punir a ora Requerente como se houvesse praticado atos/omissões caracterizadores de infrações gravíssimas. Haveria de ter uma inequívoca comprovação técnica e não apenas suposições ou presunções como ocorreu no caso sob análise.

A **cinco**, vale ressaltar que as penas aplicadas referem-se ao mesmo fato e ensejam "bi penalização". **Frise-se que inexistia qualquer vazamento no tanque mencionado alhures.**

Ad argumentandum:

É inegável que o **Auto de Infração é declaradamente nulo**, já que foi lavrado de maneira incorreta, constando erroneamente a suposta infração como sendo gravíssima.

Ainda que a Requerente fosse culpada, o que de fato não é, tanto é que inclusive foi absolvida na Justiça Comum, conforme já relatado na presente peça, faria jus às atenuantes do art. 21 do Decreto 39.424-1998, com redação alterada pelo Decreto 43.127/2002, reduzindo-se a multa em 1/3 (um terço).

Merece especial destaque também o fato de que a Requerida poderá firmar "Termo de Compromisso" com o COPAM, reduzindo-se a multa final aplicada em 50% (cinquenta por cento).



O julgamento do presente caso deve ser norteado por critérios de bom senso e razoabilidade, que são princípios basilares para uma justa análise, buscando-se alcançar a almejada justiça e não apenas punir inocentes sob o absurdo fundamento de que está exercendo o caráter punitivo e disciplinar da norma.

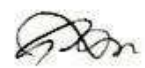
Por derradeiro, diante de todo o exposto e de tudo mais que dos autos consta, reiterando-se que a Requerente não cometeu qualquer ato ilícito/infração, ratifica-se as defesas dela anteriormente apresentadas, **requerendo** seja reformada a r. decisão exarada pela Unidade Regional Colegiada (URC) do Alto São Francisco, que entendeu por bem aplicar as penalidades supracitadas, reconhecendo as nulidades existentes, bem como julgando procedente a presente defesa, isentando a ora Requerente de toda e qualquer responsabilidade, arquivando-se o presente processo/auto de infração.

Ad argumentandum, que seja solicitada assinatura do Termo de Compromisso em relação às obras feitas e, no caso de ser efetivamente constatado qualquer dano ambiental através de prova irrefutável, que seja reparado o dano no aludido Termo de Compromisso. Outrossim, em caso de condenação, que sejam reconhecidas as atenuantes suscitadas. Requer, ainda a juntada de documentos anexos.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Itaúna, 03 de agosto de 2009.


JASON VIDAL
OAB/MG 66.163


LEANDRO ROBERTO NUNES SOARES
OAB/MG 115.531

HÉLDER ANTÔNIO ALVES DA SILVA
OAB/MG 105.940